



Exmo. Senhor Presidente
da Assembleia Municipal
Dr. José Manuel Correia

69

v/ comunicação

v/ referência

n/ referência

n.º de ofício

data

GAP

115 11-JAN'22

Assunto: Resposta ao Requerimento do Deputado Municipal Francisco Corvelo

Exmo. Senhor Presidente

Em resposta ao requerimento efetuado pelo Deputado Municipal Francisco Corvelo tenho a informar o seguinte:

- i. O n.º 11 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 157/2021 de 27 de novembro, na redação dada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 181-A/2021, de 23 de dezembro, definiu que entre os dias 25 de dezembro de 2021 e 9 de janeiro de 2022 seria obrigatória a adoção do regime de teletrabalho nas empresas, sempre que as funções em causa o permitam e o trabalhador disponha de condições para as exercer, estendendo a aplicação deste regime, com as necessárias adaptações, à administração direta e indireta do Estado e a recomendação da sua aplicação para as demais entidades públicas.
- ii. Considerando o sentido de prudência após a época festiva e a suspensão das atividades educativas, letivas e não letivas, determinada pelo artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 104/2021, de 27 de novembro, na sua atual redação, foi pelo Despacho n.º 8150 da signatária, datado de 23/12/2021, determinado que, no período de 26 de dezembro de 2021 a 9 de janeiro de 2022, fosse adotado preferencialmente o regime de teletrabalho ou equipas em espelho em todos os serviços, com exceção dos serviços públicos essenciais, assim como o encerramento de todos os equipamentos municipais com exceção do Edifício Multisserviços, da Loja do Cidadão, dos Mercados Municipais, do Ecocentro e da Pista de Atletismo Municipal Carlos Lopes.
- iii. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 2-A/2022, de 7 de janeiro, vem reiterar a recomendação da aplicação do regime de teletrabalho às "demais entidades públicas", onde se incluem as autarquias locais, pelo que, refutamos as acusações feitas pelo Senhor Deputado Municipal, no que respeita a incumprir ou violar qualquer determinação do Governo.
- iv. Não existindo a obrigatoriedade de adoção do regime de teletrabalho para as autarquias locais, sob pena da violação dos princípios da legalidade e da autonomia, considerando o recomeço das atividades letivas e a garantia nos locais de trabalho de condições de segurança foi determinado não prorrogar, como regra geral, a adoção do regime de teletrabalho, mantendo-se, em casos pontuais e articulados com o serviço, a manutenção deste regime.



- v. Sobre o teletrabalho, importa esclarecer o Senhor Deputado que o mesmo só é aplicável se as funções em causa o permitirem. Ora o Município tem um quadro de pessoal onde a grande maioria dos funcionários exerce funções não compatíveis com teletrabalho. Aqui enquadram-se os funcionários das escolas (cerca de 600 funcionários num universo de 1100), os funcionários afetos aos serviços de atendimento e os funcionários dos serviços públicos essenciais.
- vi. É do conhecimento do Senhor Deputado que a Câmara Municipal sempre pautou a sua atuação no respeito pela segurança dos trabalhadores, adotando, desde março de 2020, medidas preventivas nos locais de trabalho que pretendem evitar a transmissão e a propagação da doença COVID-19. São exemplo disso exemplo a obrigatoriedade do uso de máscara, que é disponibilizada a todos os trabalhadores; o afastamento entre postos de trabalho; a colocação de vidros/acrílicos nos postos de atendimento ao público e nos postos de trabalho onde o afastamento não era possível; a disponibilização de álcool-gel a todos os trabalhadores e a colocação de dispensadores em todos os edifícios municipais, entre outras medidas.
- vii. Foi igualmente com este desígnio que iniciámos, no dia 23 de novembro de 2021, testagens regulares a todos os trabalhadores, independentemente do vínculo laboral, e adotámos, a partir do dia 1 de dezembro de 2021, um modelo de equipas em espelho, sem que houvesse qualquer determinação ou recomendação do Governo.
- viii. Relativamente às testagens, instrumento essencial no combate à pandemia, informamos o Senhor Deputado que já este ano promovemos uma ação de testagem nos dias 3 e 4 de janeiro, estamos nesta semana a testar (10 e 11 de janeiro) e iremos repetir a ação nos dias 17 e 18 de janeiro.

Ficamos à disposição para algum esclarecimento adicional, assim como, para acompanhar o Senhor Deputado numa das ações de testagem ou numa visita aos locais de trabalho, que concedam ao exercício das suas funções o máximo de rigor na averiguação da realidade dos factos.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Câmara Municipal

Laura Maria Jesus Rodrigues